

COMANDO DA 4 REGIAO MILITAR/DIV EX

Termo de Referência 89/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
89/2025	160118-COMANDO DA 4 REGIAO MILITAR/DIV EX	LINELSON DA SILVA LIMA	17/03/2026 09:19 (v 0.19)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64316.042772/2025-12

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Gêneros Alimentícios do Quantitativo de Subsistência (QS), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ÓRGÃO GERENCIADOR : COMANDO DA 4ª REGIÃO MILITAR, UASG 160118.						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Açúcar cristal, (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-19, 3ª Edição / 2024).	603269	Embalagem de 5 KG	9.554	R\$ 17,79	R\$ 169.965,66
3	Arroz beneficiado, polido, longo fino, tipo 1. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-20, 3ª Ed 2024)	458904	Embalagem de 5 Kg	18.000	R\$ 29,09	R\$ 523.620,00
4	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Arroz beneficiado, polido, longo fino, tipo 1. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-20, 3ª Ed 2024).	458904	Embalagem de 5 Kg	2.000	R\$ 29,09	R\$ 58.180,00
	Arroz Beneficiado Tipo:					

5	Parboilizado , Subgrupo: Polido , Classe: Longo Fino, Qualidade: Tipo 1. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-20, 3ª Ed 2024).	458908	Embalagem de 1 Kg	12.626	R\$ 6,79	R\$ 85.730,54
7	Café Apresentação: Torrado Moído , Tipo: Único , Torrefação: Ponto De Torra Média. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-26,3ª Ed 2023)	606523	Embalagem de 500 gr	36.658	R\$ 34,99	R\$ 1.282.663,42
9	Leguminosa Variedade: Feijão Preto , Tipo: Tipo 1. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-21,3ª Ed 2024)	464552	Embalagem de 1 kg	61.240	R\$ 7,13	R\$ 436.641,20
11	Leguminosa Variedade: Feijão Cores , Tipo: Tipo 1. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-21, 3ª Ed 2024).	464553	Embalagem de 1 Kg	61.240	R\$ 7,07	R\$ 432.966,80
13	Leite Em Pó Origem: De Vaca , Teor Gordura: Integral , Solubilidade: Instantâneo. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404- 18, 3ª Ed 2024).	446019	Embalagem de 1 Kg	57.903	R\$ 40,16	R\$ 2.325.384,48
15	Macarrão Teor De Umidade: Massa Seca, Base Da Massa: De Farinha De Trigo, Ingredientes Adicionais: Com Ovos, Apresentação: Espaguete . (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-25, 3ª Ed 2024)	458953	Embalagem de 500 gr	18.000	R\$ 4,56	R\$ 82.080,00
17	Macarrão Teor De Umidade: Massa Seca , Base Da Massa: De Farinha De Trigo , Apresentação: Parafuso . (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-25, 3ª Ed 2024).	458974	Embalagens de 500 gr	17.000	R\$ 4,98	R\$ 84.660,00
20	Gordura Vegetal - (Margarina) Tipo: Margarina , Subtipo: Cremosa, Composição Básica: Mínimo De 80% De Gordura , Sabor: Com Sal. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-34, 4ª Ed 2024).	463699	Balde de 15Kg	1.390	R\$ 184,61	R\$ 256.607,90
	Óleo de soja refinado Tipo: Puro , Espécie Vegetal: Soja , Tipo Qualidade: Tipo 1.					

22	(Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-33, 5ª Ed 2024).	463692	Embalagem de 900 ml	32.540	R\$ 9,37	R\$ 304.899,80
24	Carne Bovina In Natura Tipo Corte: Contrafilé , Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelada. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-04, 4ª Ed 2024).	447461	Kg	69.000	R\$ 44,69	R\$ 3.083.610,00
26	Carne Bovina In Natura Tipo Corte: Coxão Mole , Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelada. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-04, 4ª Ed 2024).	447431	Kg	34.500	R\$ 40,60	R\$ 1.400.700,00
28	Carne Bovina In Natura Tipo Corte: Miolo Ou Coração Da Alcatra , Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelado. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-04, 4ª Ed2024).	447479	Kg	46.000	R\$ 42,99	R\$ 1.977.540,00
30	Carne Bovina In Natura Tipo Corte: Patinho , Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelado. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-04, 4ª Ed 2024).	447448	Kg	23.000	R\$ 42,29	R\$ 972.670,00
32	Carne Bovina In Natura Tipo Corte: Lagarto , Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelado. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-04, 4ª Ed 2024).	447441	Kg	11.500	R\$ 32,46	R\$ 373.290,00
	Carne Bovina In Natura Tipo Corte: Maminha Da Alcatra , Apresentação: Inteira , Estado De					

34	Conservação: Congelado. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-04, 4ª Ed 2024).	447470	Kg	23.000	R\$ 38,03	R\$ 874.690,00
36	Carne Bovina In Natura Tipo Corte: Fraldinha , Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelado. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-04, 4ª Ed 2024).	447468	Kg	23.000	RS 34,89	R\$ 802.470,00
38	Carne De Ave In Natura Tipo Animal: Frango , Tipo Corte: Filé De Peito , Apresentação: Fatiado, Estado De Conservação: Congelado Processamento: Sem Pele, Sem Osso. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-36, 2ª Ed 2024).	447581	Kg	153.500	R\$ 18,26	R\$ 2.802.910,00
40	Carne De Ave In Natura Tipo Animal: Frango , Tipo Corte: Coxa E Sobrecoxa , Apresentação: Inteiro ,Estado De Conservação: Congelado, processamento: Com Pele, Com Osso. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-11, 4ª Ed 2024).	447636	Kg	127.500	R\$ 17,50	R\$ 2.231.250,00
42	Carne Suína In Natura Tipo Corte: Lombo ,Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelado. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-14, 4ª Ed 2024).	447518	Kg	17.800	R\$ 25,10	R\$ 446.780,00
44	Carne Suína In Natura Tipo Corte: Pernil ,Apresentação: Peça Inteira, Processamento: Sem Osso, Sem Pele , Estado De Conservação: Congelado.	447525	Kg	14.000	R\$ 25,46	R\$ 356.440,00

	(Conforme descrito no Boletim Técnico BT30.404-14, 4ª Ed 2024)					
46	Peixe In Natura Variedade: Tilápia , Tipo Corte: Filé , Apresentação: Sem Pele, Estado De Conservação: Congelado. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-17, 4ª Ed 2024).	448953	Kg	6.363	R\$ 46,90	R\$ 298.424,70

ÓRGÃO PARTICIPANTE : CAPITANIA FLUVIAL DE MINAS GERAIS – UASG 781312, situado na Avenida Celso Porfírio Machado, nº 1100, Belvedere, Belo Horizonte/MG						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Açúcar cristal . (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-19, 3ª Edição / 2024).	603269	Embalagem de 5 KG	320	R\$ 17,79	R\$ 5.692,80
6	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Arroz Beneficiado Tipo: Parboilizado , Subgrupo: Polido , Classe: Longo Fino, Qualidade: Tipo 1. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-20, 3ª Ed 2024).	458908	Embalagem de 1 Kg	1.880	R\$ 6,79	R\$ 12.765,20
8	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Café Apresentação: Torrado Moído , Tipo: Único , Torrefação: Ponto De Torra Média. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-26,3ª Ed 2023)	606523	Embalagem de 500 gr	320	R\$ 34,99	R\$ 11.196,80
	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº					

10	123/2006). Leguminosa Variedade: Feijão Preto , Tipo: Tipo 1. (Conforme descrito no Boletim Técnico BT30.404-21, 3ª Ed 2024)	464552	Embalagem de 1 Kg	630	R\$ 7,13	R\$ 4.491,90
12	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Leguminosa Variedade: Feijão Cores , Tipo: Tipo 1. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-21, 3ª Ed 2024).	464553	Embalagem de 1 Kg	630	R\$ 7,07	R\$ 4.454,10
14	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Leite Em Pó Origem: De Vaca , Teor Gordura: Integral , Solubilidade: Instantâneo. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-18, 3ª Ed 2024).	446019	Embalagem de 1 Kg	950	R\$ 40,16	R\$ 38.152,00
16	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Macarrão Teor De Umidade: Massa Seca, Base Da Massa: De Farinha De Trigo, Ingredientes Adicionais: Com Ovos, Apresentação: Espaguete . (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-25, 3ª Ed 2024)	458953	Embalagem de 500 gr	580	R\$ 4,56	R\$ 2.644,80
18	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Macarrão Teor De Umidade: Massa Seca ,Base Da Massa: De Farinha De Trigo , Apresentação: Parafuso . (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-25, 3ª Ed 2024).	458974	Embalagens de 500 gr	960	R\$ 4,98	R\$ 4.780,80
19	Macarrão Teor De Umidade: Massa Seca , Base Da Massa: De Farinha De Trigo, Ingredientes Adicionais: Com Ovos ,Apresentação: Talharim . (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-25, 3ª Ed2024).	458957	Embalagens de 500 gr	580	R\$ 8,89	R\$ 5.156,20
	(COTA RESERVADA					

21	PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Gordura Vegetal -(Margarina) Tipo: Margarina, Subtipo: Cremosa, Composição Básica: Mínimo De 80% De Gordura , Sabor: Com Sal. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-34, 4ª Ed 2024).	463699	Balde de 15Kg	48	R\$ 184,61	R\$ 8.861,28
23	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Óleo de soja refinado Tipo: Puro , Espécie Vegetal: Soja , Tipo Qualidade: Tipo 1. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-33, 5ª Ed 2024).	463692	Embalagem de 900 ml	630	R\$ 9,37	R\$ 5.903,10
25	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Carne Bovina In Natura Tipo Corte: Contrafilé, Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelada. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404- 04, 4ª Ed 2024).	447461	Kg	3.850	R\$ 44,69	R\$ 172.056,50
27	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Carne Bovina In Natura Tipo Corte: Coxão Mole, Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelada. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-04, 4ª Ed 2024).	447431	Kg	3.850	R\$ 40,60	R\$ 156.310,00
29	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Carne Bovina In Natura Tipo Corte: Miolo Ou Coração Da	447479	Kg	3.850	R\$ 42,99	R\$ 165.511,50

	Alcatra ,Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelado. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-04, 4ª Ed 2024).					
31	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Carne Bovina In Natura Tipo Corte: Patinho , Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelado. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-04, 4ª Ed 2024).	447448	Kg	3.850	R\$ 42,29	R\$ 162.816,50
33	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Carne Bovina In Natura Tipo Corte: Lagarto ,Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelado. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-04, 4ª Ed 2024).	447441	Kg	1.200	R\$ 32,46	R\$ 38.952,00
35	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Carne Bovina In Natura Tipo Corte: Maminha Da Alcatra , Apresentação: Inteira , Estado De Conservação: Congelado. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-04, 4ª Ed 2024).	447470	Kg	1.200	R\$ 38,03	R\$ 45.636,00
37	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Carne Bovina In Natura Tipo Corte: Fraldinha , Apresentação: Peça	447468	Kg	1.200	RS 34,89	R\$ 41.868,00

	Inteira, Estado De Conservação: Congelado. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-04, 4ª Ed 2024).					
39	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48DA LEI Nº 123 /2006). Carne De Ave In Natura Tipo Animal: Frango , Tipo Corte: Filé De Peito , Apresentação: Fatiado, Estado De Conservação: Congelado Processamento: Sem Pele, Sem Osso. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-36, 2ª Ed2024).	447581	Kg	1.200	R\$ 18,26	R\$ 21.912,00
41	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Carne De Ave In Natura Tipo Animal: Frango , Tipo Corte: Coxa E Sobrecoxa , Apresentação: Inteiro ,Estado De Conservação: Congelado, processamento: Com Pele, Com Osso. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-11, 4ª Ed 2024).	447636	Kg	3.850	R\$ 17,50	R\$ 67.375,00
43	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Carne Suína In Natura Tipo Corte: Lombo ,Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelado. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-14, 4ª Ed2024).	447518	Kg	3.000	R\$ 25,10	R\$ 75.300,00
	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME					

45	INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Carne Suína In Natura Tipo Corte: Pernil ,Apresentação: Peça Inteira, Processamento: Sem Osso, Sem Pele , Estado De Conservação: Congelado. (Conforme descrito no Boletim Técnico BT30.404-14, 4ª Ed 2024)	447525	Kg	3.000	R\$ 25,46	R\$ 76.380,00
47	(COTA RESERVADA PARA ME E EPP, CONFORME INC. III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006). Peixe In Natura Variedade: Tilápia , Tipo Corte: Filé , Apresentação: Sem Pele, Estado De Conservação: Congelado. (Conforme descrito no Boletim Técnico 30.404-17, 4ª Ed 2024).	448953	Kg	3.850	R\$ 46,90	R\$ 180.56

1.2. Os bens, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, conformidade com o artigo 105 Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

2.3. A aquisição dos gêneros de alimentação acima elencados atenderá às necessidades de abastecimento das Organizações Militares (OM) sediadas na área apoiada pela 4ª Região Militar (RM).

2.4. Para o cálculo das quantidades de cada item foram adotados os critérios de acordo com as normas estabelecidas pela Chefia de Suprimento do Comando Logístico do Exército, considerando o Fator de Consumo Regional (FCR), que é a média aritmética mensal do consumo real de cada item de todas as Organizações Militares da área da 4ª Região Militar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Em atenção ao previsto no Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG no 01, de 19 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 20/01/2010, o fornecedor deverá atender aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

4.1.1. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.2.2. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionado em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.2.3. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2.4. a comprovação do disposto neste item poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do referido dispositivo.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento (25%) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.5. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.6. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.7. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for

inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência:

4.8. Não haverá margem de preferência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega para o Comando da 4ª Região Militar (Local: 4º Depósito de Suprimento)

5.1. Os bens deverão ser entregues no **4º Depósito de Suprimento, no seguinte endereço: Praça Presidente Antônio Carlos, nº 140, Centro, Juiz de Fora-MG, CEP 36010-140**, conforme os itens relacionados abaixo:

Itens **Nº 1** (Açúcar cristal); **Nº 3 e nº 4** (Arroz beneficiado polido); **Nº 5** (Arroz beneficiado e parboilizado); **Nº 7** (Café torrado e moído); **Nº 9** (Feijão preto); **Nº 11** (Feijão cores); **Nº 13** (Leite em pó instantâneo); **Nº 15** (Macarrão espaguete); **Nº 17** (Macarrão parafuso); **Nº 20** (Margarina); **Nº 22** (Óleo de soja refinado); **Nº 24** (Carne bovina, contrafilé); **Nº 26** (Carne bovina, coxão mole); **Nº 28** (Carne bovina, miolo ou coração da alcatra); **Nº 30** (Carne bovina, patinho); **Nº 32** (Carne bovina, lagarto); **Nº 34** (Carne bovina, maminha da alcatra); **Nº 36** (Carne bovina, fraldinha); **Nº 38** (Carne de ave, filé de peito de frango); **Nº 40** (Carne de ave, coxa com sobrecoxa de frango); **Nº 42** (Carne suína, lombo); **Nº 44** (Carne suína, pernil); e **Nº 46** (Peixe, filé de tilápia).

5.2. Uma vez recebida a Nota de empenho, a contratada deverá, obrigatoriamente, realizar o agendamento em até 10 (dez) dias corridos, junto à Seção de Planejamento do Centro de Operações de Suprimento do 4º Depósito de Suprimento, por meio do endereço eletrônico (e-mail): cos4dsup@gmail.com.br, ou pelo telefone (32) 3215-2033, ramal 215 ou ramal 214.

5.3. O prazo de entrega dos bens será de até **20 (vinte) dias**, contados da data do agendamento realizado junto à Seção de Planejamento do Centro de Operações de Suprimento do 4º Depósito de Suprimento.

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega deverá estar de acordo com o especificado no Boletim Técnico de cada item.

5.5. Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido no Subitem 5.3, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Amostras e Condições de Recebimento dos Gêneros

5.7. As quantidades a serem utilizadas para análise, quando do recebimento dos gêneros empenhados, constam no Plano de Amostragem para Inspeção dos Artigos de Subsistência Boletim Técnico (BT30.403-01) 3ª edição 2021, elaborado pela Diretoria de Abastecimento, do Comando Logístico, do Exército Brasileiro, disponível no seguinte endereço eletrônico:

<http://intranet.dabst.eb.mil.br/index.php/classes/category/200-2-boletim-tecnicospecificacoes-tecnicas-dos-artigos-do-qs>.

5.8. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados pela equipe técnica responsável pela análise, bem como sofrerem cocção e demais testes necessários, ou seja, as amostras, quando for o caso, serão testadas com base na sugestão de preparo ou uso indicada pelo fabricante no rótulo do produto, a fim de verificar se as características da mesma cumprem os pré-requisitos estipulados pelo próprio fabricante e pela Administração.

5.9. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes.

5.10. Os alimentos serão inspecionados, no momento da recepção dos mesmos, considerando-se o padrão de identidade e qualidade previamente definidos nos boletins técnicos referentes a cada item. Serão observados:

I. Integridade e legibilidade da rotulagem;

II. Denominação de venda;

III. Data de validade;

IV. Lote;

V. Número de registro no órgão oficial, quando obrigatório;

VI. Identificação de origem: razão social e endereço do fabricante, do distribuidor quando proprietário da marca e do importador (se for o caso), para alimentos importados;

VII. Estar de acordo com as temperaturas de entrega dos produtos, em especial os itens congelados, prevista nos Boletins Técnicos;

VIII. Propriedades organolépticas tais como: cor, brilho, paladar, odor e textura compatíveis com produtos frescos, inócuos (sem contaminação), bem manipulados e de boa procedência (fabricação e conservação).

IX. Cumprimento dos pré-requisitos estipulados pelo fabricante e pela Administração, após a realização de testes (quando for o caso).

X. Cumprimento dos demais pré-requisitos constantes no respectivo Boletim Técnico referente ao item.

5.11. O prazo mínimo para exame de itens que possuem obrigatoriedade de análise microbiológica de *Salmonella* sp (vide Boletins Técnicos específicos) é de 72 (setenta e duas) horas ininterruptas ou ao final de todas as análises previstas no Edital. O prazo mínimo para análise microbiológica de itens (vide Boletins Técnicos específicos) para *Escherichia coli*, Aeróbios mesófilos, *Estafilococos* coagulase positiva (somente nas massas com ovos), *Enterobactériaceae*, Coliforme, *Bacillus cereus* presuntivo, Bolores e leveduras pode variar de 24 (vinte e quatro) a 48 (quarenta e oito horas) ininterruptas ou ao final de todas as análises previstas no Edital. Caso não haja tempo hábil para realizar a análise dentro da mesma semana, esta será iniciada na semana posterior.

5.12. Para o fornecimento dos artigos arroz beneficiado, café torrado e moído, feijão comum, e leite em pó e dentre outros que o Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia do 4º Depósito de Suprimento (LIAB/4º D Sup) julgue necessário:

5.12.1 a contratada deverá, por ocasião da entrega de cada lote, entregar o laudo de micotoxina de Laboratório externo, devidamente credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ou pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde (habilitados pela vigilância sanitária) - REBLAS/ANVISA ou pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

5.13. Para o fornecimento dos artigos carne bovina desossada congelada, carne de frango congelado, carne suína congelada e carne de peixe congelado em filé:

5.13.1 a contratada deverá, por ocasião da entrega de cada lote, apresentar o registro atualizado do Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do fabricante do produto licitado.

5.14. Será rejeitada a amostra que:

5.14.1. Apresentar indícios de descongelamento e recongelamento para produtos congelados, tais como: amolecimento e deformações nos produtos, embalagens molhadas ou deformadas, com camada de gelo, acúmulo de líquidos ou cristais de gelo.

5.14.2. Não apresentar as propriedades organolépticas tais como: cor, brilho, paladar, odor e textura compatíveis com produtos frescos, inócuos (sem contaminação), bem manipulados e de boa procedência (fabricação e conservação).

5.14.3. Possua a presença ou vestígios de animais sinantrópicos nas embalagens e nos recipientes de transporte dos alimentos que comprometa a segurança alimentar.

5.14.4. For observada que a embalagem não foi produzida e utilizada em conformidade com as boas práticas, não sendo selada e com aberturas. A mesma deverá ser adequada às características intrínsecas do alimento, conforme os regulamentos técnicos específicos, com o objetivo de preservar os padrões de identidade e

qualidade do produto. As embalagens não devem permitir a migração para os alimentos de componentes indesejáveis, tóxicos ou contaminantes em quantidades tais que superem os limites máximos estabelecidos em legislação ou que possam representar riscos para a saúde humana ou ocasionar modificações não esperadas na composição ou nas características sensoriais dos alimentos.

5.14.5. A rotulagem dos alimentos não apresentar-se íntegra, com caracteres perfeitamente legíveis, conter os dados necessários para garantir a sua rastreabilidade e fornecer aos consumidores informações sobre suas características. A rotulagem dos alimentos embalados deve conter as informações exigidas pela legislação geral, contendo:

I. Lista de ingredientes em ordem decrescente de proporção, quando for o caso;

II. Identificação de origem: razão social e endereço do fabricante, do distribuidor quando proprietário da marca e do importador, para alimentos importados;

III. Data de validade;

IV. Identificação do lote;

V. Instruções para o preparo e uso do alimento, quando necessário;

VI. Indicação das precauções necessárias para manter as características normais do alimento.

VII. Informação nutricional, conforme legislação vigente;

VIII. Registro, quando obrigatório.

IX. Será rejeitada a amostra que não constar no rótulo dados de identificação do fabricante, instruções de uso, (se for o caso), número do lote, fabricação, validade e telefone para contato com o serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), e que preceitua os artigos 12, 13, 17 a 27 e 31, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

5.14.6. Não cumprir os demais pré-requisitos constantes no respectivo Boletim Técnico referente ao item.

5.15. Os resultados dos exames das amostras serão devidamente formalizados em Parecer emitido pelo LIAB/4º D Sup, o qual será devidamente autuado ao processo licitatório.

Condições e Local de entrega para a Capitania Fluvial de Minas Gerais

5.16. Os bens deverão ser entregues na **Capitania Fluvial de Minas Gerais – UASG 781312, situado na Avenida Celso Porfírio Machado, nº 1100, Belvedere, Belo Horizonte/MG)** conforme os itens relacionados abaixo:

Itens **Nº 2** (Açúcar cristal); **Nº 6** (Arroz beneficiado e parboilizado); **Nº 8** (Café torrado e moído); **Nº 10** (Feijão preto); **Nº 12** (Feijão cores); **Nº 14** (Leite em pó instantâneo); **Nº 16** (Macarrão espaguete); **Nº 18** (Macarrão parafuso); **Nº 19** (Macarrão talharim); **Nº 21** (Margarina); **Nº 23** (Óleo de soja refinado); **Nº 25** (Carne bovina, contrafilé); **Nº 27** (Carne bovina, coxão mole); **Nº 29** (Carne bovina, miolo ou coração da alcatra); **Nº 31** (Carne bovina, patinho); **Nº 33** (Carne bovina, lagarto); **Nº 35** (Carne bovina, maminha da alcatra); **Nº 37** (Carne bovina, fraldinha); **Nº 39** (Carne de ave, filé de peito de frango); **Nº 41** (Carne de ave, coxa com sobrecoxa de frango); **Nº 43** (Carne suína, lombo); **Nº 45** (Carne suína, pernil); e **Nº 47** (Peixe, filé de tilápia).

5.17. Uma vez recebida a Nota de empenho, a contratada deverá, obrigatoriamente, realizar o agendamento em até 10 (dez) dias corridos, junto à **Capitania Fluvial de Minas Gerais**.

5.17.1. O agendamento deverá ser feito em dias úteis, das 8:00 às 16:00, por meio do telefone (31) 3567-0729 /0755.

5.18. O prazo de entrega dos bens será de até **20 (vinte) dias corridos**, contados da data do agendamento realizado, junto à **Capitania Fluvial de Minas Gerais**.

5.19. A inspeção e análise bromatológica dos gêneros alimentícios solicitados é de inteira responsabilidade da CAPITANIA FLUVIAL DE MINAS GERAIS.

5.20. Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido no Subitem 5.18, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.21. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Amostras e Condições de Recebimento dos Gêneros

5.22. Ficará a cargo da CAPITANIA FLUVIAL DE MINAS GERAIS.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá a seguinte rotina:

6.15.1. Informará o encerramento do contrato.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

7.1.1. **(a)** der causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. **(b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. **(c)** der causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. **(d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.1.5. **(e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

7.1.6. **(f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.7. **(g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.8. **(h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% a 20% do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação

7.2.4.6.1. ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENALIDADE DIVERSA.

7.2.4.6.1.1. todos os itens constantes do Número 1.1 deste termo de Referência caso haja indicação das sanções cabíveis por eventual descumprimento das obrigações contratuais pactuadas.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos

pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA/IBGE** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, conforme as regras previstas no presente tópico.

Cessão de crédito

8.28. A presente contratação não permite a cessão de crédito, conforme orientações previstas no presente tópico.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20 de janeiro de 2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento dos produtos poderá ocorrer **em remessa única ou de forma parcelada**, conforme a necessidade da Administração e as condições logísticas de recebimento da unidade, observadas as quantidades estabelecidas na respectiva **Nota de Empenho**, que será emitida na modalidade **global**. Nos casos em que se mostrar mais adequado ao gerenciamento do estoque e ao atendimento das necessidades operacionais da Administração, as entregas poderão ser realizadas **de forma parcelada**, respeitando-se o prazo máximo estabelecido para o fornecimento e as condições previstas neste Termo de Referência.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximo será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.4.1. Habilitação jurídica

9.4.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.4.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.4.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

9.4.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.4.3. Qualificação Econômico-Financeira

9.4.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.4.3.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.4.3.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); obtidos por meio da aplicação das seguintes formulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.4.3.4. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da parcela pertinente.

9.4.3.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.4.3.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.4.3.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.4.3.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.4.4. Qualificação Técnica

9.4.4.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional no conselho, órgão ou agência reguladora que fiscalize a atividade básica preponderante da licitação, em plena validade;

9.4.4.1.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.4.4.1.2 A exigência citada no Subitem 9.4.4.1 não se destina àquelas empresas que são apenas revendedoras.

9.4.5. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.4.5.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.4.5.1.1. 30% (trinta por cento) da quantidade total prevista para cada Item constante deste Termo de Referência.

9.4.5.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.4.5.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.4.5.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.4.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4.7. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.4.9. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.4.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação que corresponde ao valor máximo aceitável é de **R\$ 22.972.955,98 (Vinte e dois milhões, novecentos e setenta e dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e oito centavos)**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 160118

II) Fonte de Recursos: 1000000000

III) Programa de Trabalho: 171397

IV) Elemento de Despesa: 339030

V) Plano Interno: E6SUPLJA2QS. Outros, a critério do Cmdo Logístico

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

LEANDRO DOS SANTOS ALVES - CEL

ORDENADOR DE DESPESAS DO COMANDO DA 4ª REGIÃO MILITAR

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *[Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante deste Anexo]*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

ou

2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.[A1]

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A2]).

2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

ou

2.8. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A3].

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **XXXXXX**. [A5]

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.[A6] [A7]

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, *e da relação da rede de assistência técnica autorizada*[A9] ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12] ;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]

OU

5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A14] .

5.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem[A1] .

5.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

5.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A15]

OU

5.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A16] contraentes.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão

contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WESLEY BRITO TOSTA

Membro da comissão de contratação

LUIS FLAVIO SEBASTIAO DOS SANTOS BRUM

Membro da comissão de contratação

ALINE SILVEIRA ALEXANDRE

Membro da comissão de contratação

LINELSON DA SILVA LIMA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 17/03/2026 às 09:17:36.

LEANDRO DOS SANTOS ALVES

Autoridade competente